



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA EM IMPLEMENTAÇÃO NO ESTADO PLURINACIONAL DE BOLÍVIA, PRÉ E DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: uma abordagem preliminar

RENATO TADEU VERONEZE ¹

Resumo: Este artigo constitui um dos produtos previstos no projeto de pesquisa: **“PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA FOCALIZADOS E DE RENDA BÁSICA UNIVERSAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA E DA PÓS-PANDEMIA DA COVID-19: acompanhamento e análise da realidade na América Latina e Caribe”**, aprovado e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). São considerados no presente texto, a caracterização, análise e problematização dos Programas de Transferência Monetária focalizados pré-existentes e aqueles criados em decorrência da pandemia da Covid-19, voltados, sobretudo, a atenuar situações de agravamento da pobreza, trabalho precarizado e desemprego, entre outras situações decorrentes, do Estado Plurinacional de Bolívia.

Palavras-chave: Transferência Monetária, Pandemia da Covid-19, Estado Plurinacional de Bolívia.

Abstract: This article is one of the products envisaged in the research project **"FOCUSED MONEY TRANSFER AND UNIVERSAL BASIC INCOME PROGRAMMS IN THE CONTEXT OF THE PANDEMIC AND POST-PANDEMIC COVID-19: monitoring and analysis of the reality in Latin America and the Caribbean"**, approved and funded by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). This text considers the characterization, analysis and problematization of pre-existing focused money transfer programs and those created as a result of the Covid-19 pandemic, aimed primarily at alleviating

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica De Sao Paulo

situations of worsening poverty, precarious work and unemployment alongside other situations arising out of the Plurinational State of Bolivia.

Keywords: Money transfer, Covid-19 pandemic, Plurinational State of Bolivia.

INTRODUÇÃO

Este artigo se constitui como um dos produtos previstos no projeto de pesquisa: **“PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA FOCALIZADOS E DE RENDA BÁSICA UNIVERSAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA E DA PÓS-PANDEMIA DA COVID-19: acompanhamento e análise da realidade na América Latina e Caribe”**, aprovado e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a coordenação geral da Profa. Dra. Maria Ozanira Silva e Silva, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Este projeto tem como objetivo identificar, sistematizar, problematizar e divulgar a dinâmica sócio-histórica dos países latino americanos e caribenhos, o debate e a implementação de programas de transferência monetária focalizados e de renda básica, anterior e programas criados no contexto da pandemia da Covid-19.

São considerados no presente texto, a caracterização, análise e problematização dos Programas de Transferência Monetária focalizados pré-

existentes e aqueles criados em decorrência da pandemia da Covid-19, voltados, sobretudo, a atenuar situações de agravamento da pobreza, trabalho precarizado e desemprego, entre outras situações decorrentes, do Estado Plurinacional de Bolívia.

Para tanto, este texto contém, além desta introdução, um item sobre as particularidades do Estado Plurinacional de Bolívia, especialmente, referindo-se ao contexto sócio-histórico do país, vinculado as pré-condições do capitalismo periférico e em sua relação econômica e política, no contexto da crise sanitária da Covid-19, as principais ações para diminuir os impactos da pandemia da Covid-19 naquele país, bem como apresentar os dados e os principais programas de Transferência Monetária focalizados pré e durante a pandemia, suas reconfigurações e especialidades.

Num segundo momento apresenta-se as características econômicas do Estado Plurinacional de Bolívia no contexto pandêmico, tomando por base o Estudo Econômico de América Latina e Caribe, realizado em 2021, pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal, 2021), como também os impactos causados pela pandemia no país, para só assim, nas considerações finais, apresentar uma análise prévia sobre os dados encontrados, apresentados e possíveis problematizações.

Em termos metodológicos, tomamos como referência diversas fontes bibliográficas, documentais e de investigação em sites oficiais e de notícias, adotando como base os dados disponíveis pela Cepal, entre outras fontes. Além do mais, o estudo aqui desenvolvido situa-se no contexto econômico e político, conforme abordado no texto sobre a caracterização socioeconômica e política da América Latina e Caribe produzido pela equipe de pesquisadores envolvidas no projeto de pesquisa, que aponta que no contexto da América Latina e Caribe tem havido um retrocesso nos programas de proteção social, ampliando o assistencialismo como sinônimo de políticas eleitoreiras.

O Estado Plurinacional de Bolívia é considerado uma das Nações economicamente mais pobre da América do Sul, com uma alta taxa de analfabetismo, pluricultural e com o terceiro menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os países sulamericanos.

De acordo como o Instituto Nacional de Estatística de Bolívia (INE, 2022), a população da Bolívia, em 2022, estima-se em 12.006.03 habitantes, tendo um aumento significativo em relação ao ano de 2019 que era de 11.512.468 habitantes. Destes, 6.023.201 são homens e 5.982.830 mulheres, sendo que há uma prevalência dos números para crianças, adolescentes e jovens (20 a 30 anos de idade), totalizando a cifra de 6.778.896 jovens (56% da população total). A população entre 60 a 80 anos de idade ou mais, soma 1.267.190 pessoas idosas (cerca de 10,5% da população total), com maior concentração nas cidades de Santa Cruz, La Paz e Cochabamba (INE, 2022).

Além disso, de acordo com o Censo Nacional de 2008, os cidadãos autoidentificados com alguma população originária nativa, correspondia a 55% da população total do país, sendo 36 povos indígenas registrados, caracterizando, assim, a maior população indígena do continente latino-americano.

Após a anulação das eleições de 2019 e a sucessão presidencial de Jeanine Añez, ocasionando uma séria de renúncias no Legislativo e no Executivo, gerando uma crise política no país. A transição política iniciou com a convocação de novas eleições para maio de 2020. Foi neste momento que a pandemia da Covid-19 chegou ao país, em meio a grande efervescência política, alarmando o sistema de saúde do país. A crise sanitária obrigou às quarentenas, suspensões das atividades comerciais e laborais, distanciamento e isolamento social, gerando impactos significativos no mundo do trabalho e na subsistência familiar (LASERNA, 2021).

De acordo com o INE (2022), a evolução do Salário Mínimo Nacional variou 1,0% de 2018 para 2021, passando de BO\$ 2.060,00 em 2018 para BO\$ 2.164,00 em 2021. Afim de diminuir os efeitos de empobrecimento, o governo boliviano provisório em 2020, introduziu quatro novos programas de transferência monetária para apoiar temporariamente a população vulnerável afetada pela pandemia da Covid-19, são eles: Bono Família (BF), Bono Canastra Familiar (BCF), Bono Universal (BU) e o Bono Contra el Hambre, programas estes incorporados aos programas de Transferência Monetária criados anteriormente a pandemia.

É importante considerar que os trabalhadores do setor manufatureiro e de serviços foram os mais afetados economicamente pela pandemia, principalmente

em relação ao ingresso de pessoas e empresas. Além do mais, o país tem uma alta taxa de informalidade no setor privado e uma proporção crescente de trabalhadores autônomos, a maioria desses encontram-se fora dos sistemas de seguro social existentes no país. Estima-se que 80% dos trabalhadores na Bolívia estão na informalidade. Ademais, a qualidade de empregos diminuiu nos últimos anos em virtude do aumento da informalidade que, entre 2014 e 2018, passou de 36% para 44%.

Este segmento de trabalhadores – que não só compreende os lugares mais pobres e vulneráveis, mas também e em grande parte representantes da classe média – carecem de acesso a medidas protetivas por parte do Estado ou proteção contra a dispensa de empregos, sendo os mais desprotegidos em relação aos impactos da Covid-19, conforme as análises do Ministério de Economia e Finanças Pública (BOLÍVIA, 2020).

Além do mais, os programas de assistência social existentes na Bolívia não estavam desenhados para responder ao impacto repentino de novos ingressos, apesar de, nos governos de Evo Morales, grande parte da população indígena e campesina do país foi incorporada aos programas existentes, que são: Pensão Social Universal (Renta Dignidad), destinado ao amparo a velhice, condicionadas e focalizadas por categorias; o Bono Juanito Pinto, dirigido a população escolar das escolas públicas; o Bono Juana Azurduy de Padilha, destinado as mulheres grávidas e mães com filhos pequenos e que não possuem seguro social de saúde; e dois programas de transferência monetária focalizada para pessoas com *incapacidades* (deficiências): o Bono para Incapazes e o Bono para Ciegos.

A Bolívia gasta cerca de 1,3% do PIB em programas de assistência social, sendo que os beneficiários são, em sua grande maioria, adultos. Nesse sentido, os programas sociais do país não estão desenhados para atender a pobreza monetária, nem atuar como uma rede de proteção social real contra as vulnerabilidades e riscos sociais, já que o nível de transferências monetárias são muito baixos e não se ajustam a inflação, além de não estarem focalizados na pobreza como um todo.

As transferências monetárias temporárias criadas em respostas a pandemia da Covid-19 buscaram compensar as pessoas mais vulnerável, no sentido de

contribuir para que estas ficassem em casa e cumprissem as medidas sanitárias e de distanciamento social temporárias. Como na maioria dos países, a Bolívia adotou uma abordagem focalizada que combinou a expansão dos programas existentes e a criação de novos programas temporários. O governo criou três novos programas temporários de transferência monetária que, em conjunto, promoveram apoio econômico as famílias afetadas pela pandemia.

1. Antecedentes e problematizações sócio-políticas da Bolívia no contexto pandêmico

Segundo informações do Banco (Sóciometro)² de Bolívia, em 2018, 25,8% da população do país vivia em situação de pobreza monetária e 41% em situação de vulnerabilidade, de modo que cerca de 70% da população requeria proteção social antes da pandemia do novo coronavírus.

O primeiro caso de contaminação do novo coronavírus da Covid-19 registrado em Bolívia, ocorreu em 10 de março de 2020 e a primeira morte foi registrada no dia 29 do mesmo mês. No dia 30 de abril, haviam sido registrados 1.110 casos e 59 mortes. As medidas sanitárias necessárias para combater a Covid-19, em particular o distanciamento social, teve impactos imediatos e consequências duradoura na economia, registrando uma verdadeira catástrofe para o país por ser carente de uma adequada infraestrutura hospitalar e rede de proteção social (LASERNA, 2021).

O governo transitório de Jeanine Añez decretou quarentena rígida que foi sendo prolongada por semanas. A vigilância epidemiológica realizou o controle de enfermos e mortos pelo vírus da Covid-19 para acompanhar o avanço dos contágios, mas, dadas as condições precárias do sistema de saúde da Bolívia, não foi possível ter acesso a informações fidedignas, e sim, tendenciais. Porém, foi possível registrar três grandes picos: de julho a outubro de 2020; de janeiro a abril de 2021; e, de maio a julho de 2021 (LASERNA, 2021).

²O Banco Sociómetro usa para designar a linha de pobreza o valor de U\$5 diários por pessoa para a pobreza e entre U\$5 e U\$12,4 diários por pessoa para designar a pessoa em situação de vulnerabilidade, ajustado por Paridad de Poder de Compra (PPP). Estes dados são consistentes com a informação do Instituto Nacional de Estatística, que com a linha de pobreza nacional informa que a pobreza caiu de 60,6% em 2005 para 34,6% em 2018 (e a extrema pobreza de 38,2% para 15,2%) (BOLÍVIA, 2020).

Do ponto de vista da macroeconomia, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2020) considera que há pelo menos seis mecanismos que explicam os impactos da crise na economia dos países e das regiões: 1) diminuição da atividade econômica dos principais setores comerciais de exportação; 2) caída da demanda por serviços de turismo; 3) interrupção das correntes globais de valor; 4) caída dos preços dos produtos básicos; 5) redução das remessas; 6) desagregação das condições financeiras.

As repercussões da crise sanitária afetaram negativamente a maioria das pessoas, particularmente, os grupos mais pobres e vulneráveis da Bolívia, que depende das atividades laborais, em grande parte em condição de informalidade, para sustentar o consumo, lembrando que a Bolívia não possui indústria de base, necessitando da importação de produtos de bens e serviços. Nesse sentido, a CEPAL (2020) estima que o número de pessoas em situação de pobreza, na Bolívia, aumentou, pelo menos, em 35 milhões (passando de 185 para 220 milhões de pessoas), engrossando, assim, a fila dos desempregados e o ingresso de novos beneficiários nos esquemas de seguro desemprego e de proteção social.

Esta situação também põe em risco os trabalhadores do setor formal, cujas empresas enfrentam grandes dificuldades para manter os níveis de emprego e salário. De acordo com as projeções do Banco Interamericano de Desenvolvimento, se prevê a redução do Produto Interno Bruto (PIB) entre 1,8% a 5,5%. Para o período de 2020 a 2022, a nível regional, a taxa de crescimento do PIB prometida está entre 0,0% a 2,7%, o que contrastou com o estimado de 2,1% anterior a pandemia da Covid-19. Diante deste quadro, as pessoas que viviam antes da pandemia em situação de vulnerabilidade não contaram com mecanismos adequados para compensar as reduções econômicas.

Segundo Rojas (2021), cerca de 25% da população boliviana foi despedida, frente a 74% que tiveram os seus empregos mantidos, durante a pandemia. Estas pessoas que perderam seus empregos, tiveram que recorrer as suas economias ou aos seus familiares para poderem sobreviver durante a pandemia. Já aqueles que não possuíam economias, na maioria das vezes, tiveram que recorrer aos programas de proteção social oferecidos pelo Governo ou viverem da mendicância.

Com relação as pessoas que foram despedidas de seus empregos neste período, as mulheres foram as mais afetadas, com prevalência de idade entre 18 a 51 anos ou mais.

Dentre os grupos mais vulneráveis frente a Covid-19, na Bolívia, se destacam as pessoas maiores de 65 anos (com 65% de mortes), tendo em vista a maior probabilidade de contágio. O segundo grupo etário mais atingido foi o das pessoas entre 45 e 65 anos (com 18,3% de mortes), em sua grande maioria, mulheres. Entre 19 e 45 anos de idade a taxa de morte foi de 14,3%, e 2,5% entre menores de 18 anos (LASERNA, 2021).

Com respeito ao consumo de energia elétrica, uma questão importante em Bolívia - se bem que mais de 90% dos lugares do país tem acesso a eletricidades - para garantir o acesso a eletricidade das populações mais vulneráveis, em 2010 foi criado a “Tarifa Dignidad”, instituída pelo Decreto Supremo nº 465 de 31 de março de 2010, para beneficiar famílias com menores recursos econômicos, com cobertura urbana e rural, aplicada em todo o país.

A tarifa consiste num desconto de 25% vigente para os consumidores domiciliados com gastos menores que 70 kWh por mês, em atenção ao Art. 20 da Constituição Política do Estado, que estabelece que toda pessoa tem direito ao acesso universal e equitativo aos serviços básicos, sendo a eletricidade de responsabilidade do Estado, entre todos os níveis de governo, com corresponsabilidade das entidades públicas, mistas, cooperativas ou comunitárias.

Dentro da Política do Governo do Estado Plurinacional, ficou estabelecido ação prioritária a proteção da economia da população com menores recursos, sem afetar o urgente desenvolvimento e expansão do serviço elétrico. O Decreto Supremo 465/2010 normatizou a continuidade da Tarifa Dignidad, a favor das famílias de menores recursos econômicos da categoria domiciliar aplica em todo o país e ampliou a cobertura para a área rural (BOLÍVIA, 2010), beneficiando, assim, cerca de 1,2 milhões de pessoas em 2019³.

Vale ressaltar que, a partir da crise sanitária decretada em março de 2020,

3 Cabe ressaltar que na Bolívia de acordo com o Vice-Ministério de Eletricidade e Energias Alternativas a cobertura elétrica urbana se estima em 100% e nas áreas rurais em 90%. Uma família que conta com um refrigerador, uma televisão, um rádio e três lâmpadas, gasta em média 153kWh por mês.

vários Decretos Supremos⁴ foram publicados visando ações de âmbito social em resposta a pandemia, entre elas: a) Bono Canasta Familiar (BCF), uma transferência extraordinária de BO\$ 400 (US\$ 57,4) aos beneficiários dos três programas de transferência monetária existentes: Renda Dignidad, Juana Azurduy e Renda Solidaria; b) Bono Familia (BF), um abono familiar extraordinário de BO\$ 500 (US\$ 71,70) por criança para todas as famílias com filhos estudantes em unidades educativas; c) proibição de cortes de serviços de água, eletricidades e gás domiciliar; d) subvenção por dois meses dos pagamentos de créditos bancários pessoais, familiares ou de pequenas empresas; e, e) aumento excepcional para o prazo das retenções, comissões e contribuições para o fundo de solidariedade. Além destas ações, o governo boliviano, em 14 de abril de 2020, anunciou o “Bono Universal” (BU), que consistiu numa transferência monetária não condicionada de BO\$ 500 (US\$ 71,10) para todas as pessoas maiores de 18 anos e menores de 60 anos, que não tinham outro benefício ou abono ou outras contribuições das Administradoras de Fundos de Pensões (AFPs).

Inicialmente foram desenhados dois programas de Transferência Monetária – o BF e o BCF – que se baseavam num aumento temporário do valor dos programas de assistência social existentes, com o objetivo de satisfazer as necessidades adicionais dos beneficiários atuais. Posteriormente, o governo introduziu um terceiro programa, o BU, para minimizar a exclusão do BF e do BCF (BOLÍVIA, 2020). As transferências monetárias deveriam atender parcialmente os efeitos causados pela pandemia, porém seu impacto está relacionado estritamente a duração da crise sanitária. A crise causada pela pandemia, assim como em outros países, vem ocasionando desemprego de trabalhadores informais e das pequenas empresas, tanto no setor industrial como no de serviços, correspondendo que em um mês, 1,7 milhões de (14,6% da população) caíram na linha da pobreza. De modo que as transferências monetárias emergenciais puderam apenas amenizar parcialmente os impactos da crise sanitária, permitindo que 1 milhão de pessoas permanecessem temporariamente fora da linha da pobreza.

4 Uma lista completa dos Decretos Supremos relacionados a Covid-19 está disponível em <http://www.gacetaoficialbolivia.gov.bo/>.

Um dado interessante é que as populações indígenas de Bolívia (cerca de 5,58 milhões de pessoas, 48% da população do país), estão integradas aos critérios de elegibilidade nos programas sociais. Há uma cobertura de cerca de 40% dessa população, que vive em áreas rurais, sendo que as taxas de pobreza seguem altas entre suas subpopulações (45% e 54%, respectivamente). Das 79% pessoas que se declaram indígenas, estão integradas a rede de proteção social, incluindo 88% das pessoas que são indígenas e pobres. As estatísticas, indicam que, com o BU, a taxa de cobertura desta população aumente de 77% a 98%. Especificamente, a proposta é beneficiar os povos indígenas que vivem nas ecorregiões da Amazônia, Chiquitania, Oriente-Llanos, Trópicos, Valles, Altiplano e Chaco, onde se encontram diversas comunidades indígenas (BOLÍVIA, 2020).

Vale a pena ressaltar, ainda, que mais da metade dos pobres vivem em áreas rurais, contudo, as áreas urbanas foram afetadas com maior intensidade do que as áreas rurais devido aos efeitos da pandemia, pelo menos de forma imediata, tendo em vista que muitas mulheres vivem informalmente do comércio ambulante nos centros urbanos. Segundo o Ministério de Economia e Finanças do Estado Plurinacional de Bolívia (BOLÍVIA, 2020), 94,7% da população urbana vive em lugares onde pelo menos uma pessoa depende de alguma atividade mais afetadas pelos efeitos da pandemia da Covid-19. A situação mostra que os programas chegam a 97,6% das populações urbanas e 98,3% das residentes em áreas rurais.

Existem evidências que as mulheres foram afetadas de maneira desproporcional em relação aos homens por conta da crise atual da Covid-19. As mulheres tendem a trabalhar em setores onde a perda de emprego ou o ingresso delas em setores manufatureiros ou de serviço tiveram maior incidência⁵. A combinação dos três programas tende a beneficiar cerca de 3,6 milhões de mulheres em todo o país.

De certo modo, segundo Blum e Vargas (2021, p. 198), “as mulheres estão buscando e tem encontrado estratégias criativas para sanar as enormes

⁵Para maior aprofundamento desta questão, sugerimos consultar o site: https://www.jobsanddevelopment.org/how-are-the-incomes-of-women-and-men-affected-by-covid-19-coronavirus/?utm_source=campaignsource&utm_medium=email&utm_campaign=COVID19JobsSeries10&utm_source=Internal+List&utm_campaign=c7829a9050-COVID-19-Jobs-SeriesBlog9_internal_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_3574b92c72-c7829a9050-362011025, acesso em 06/04/2022.

necessidades e demandas de cuidado que estão sobre seus ombros, para suas famílias com recurso de seu emprego ou sem emprego, mais claramente e em todos os casos, sem ajuda”, que revela um sentido de resistência por parte deste público frente aos momentos de dificuldades.

A informalidade e a taxa de trabalho na Bolívia são altas, o que deixou muitos trabalhadores fora dos sistemas de seguro social existentes. Além do mais, as medidas de confinamento e da queda da demanda provocaram um efeito devastador sobre esses trabalhadores, com consequências negativas para os setores econômicos.

Nesse sentido, o principal risco social está relacionado a possíveis tensões entre trabalhadores não inclusos nos sistemas de assistência social existentes e o aumento da miserabilidade, principalmente entre as populações indígenas do país.

2. Caracterização econômica do Estado Plurinacional De Bolívia no contexto pandêmico

Tomando por base o Estudo Econômico de América Latina e Caribe, realizado em 2021, pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e de acordo com os dados oficiais, em 2020 a economia boliviana teve uma queda de 8,0%, sendo que a CEPAL havia projetado para 2021 um crescimento de cerca de 5,1% (CEPAL, 2021).

Esta queda, de maior magnitude observada no período na América Latina e Caribe, reflete o impacto econômico das medidas adotadas para enfrentar a crise sanitária que abateu o mundo. Este se somou a um complexo panorama político e social desencadeado pelas eleições presidenciais de 2019, na Bolívia. Considerando, ainda, que o espaço disponível a implementação de políticas públicas foi relativamente curto e que a campanha de vacinação sofreu algumas dificuldades para acessar as vacinas, de acordo com Laserna (2021), houve grande capacidade de a população enfrentar com seus próprios recursos e iniciativas esta crise: “a enorme proporção de gente que tem buscado estabelecer novos negócios prova isso. Mas o resultado imediato parece ser o aumento da precarização do trabalho e da informalidade na economia” (idem, p. 33).

Diante da débil demanda de consumo final, em 2020, a inflação para o período foi de 0,9% (frente a 1,8% registrado em 2019). Apesar da recuperação das atividades econômicas previstas para 2021, a inflação acumulada até maio foi de apenas 0,3%, ligeiramente inferior aos 0,4% observado durante o mesmo período do ano anterior.

Como resultado do colapso dos ingressos, o déficit financeiro do setor público fechou em 5% em relação ao observado em 2019, e finalizou 2020 em 12,3% do PIB nacional. O incremento do déficit se deu principalmente por conta dos créditos garantidos pelo Banco Central de Bolívia (BCB) e do Tesouro Geral da Nação (TGN). Para 2021, a meta do programa fiscal financeiro previu uma redução do déficit em 9,7% do PIB.

Durante 2020, o saldo da dívida pública de médio e longo prazo aumentou cerca de US\$ 900 milhões, fixando em US\$ 12.200 milhões, o equivalente a 30,9% do PIB. Em relação ao setor externo, o déficit da conta corrente da balança reduziu em 3,4% do PIB em 2019 para 0,5% do PIB em 2020. Esta relativa melhora tem origem nas profundas contrações das importações de bens intermediários e de capital.

Em relação aos gastos totais, estes se mantiveram relativamente constantes, em torno de 45% do PIB. O aumento dos gastos originou-se principalmente por conta das transferências correntes, que passaram de 4,7% do PIB em 2019 para 8,5% do PIB em 2020. A partir de novembro de 2020, o Governo de Luis Arce instituiu uma série de medidas orientadas para reativar a demanda e a oferta de bens e serviço. No que diz respeito ao estímulo da demanda, destaca-se o Bono Contra el Hambre, que consiste em uma transferência de BO\$ 1.000 (US\$ 144,69) aos locais de baixos recursos e que, segundo as estimativas oficiais, beneficiou cerca de 4 milhões de famílias, graça ao desembolso de 1,5% do PIB. Também se implementou a devolução do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), para até 5% das compras faturadas por pessoa com ingresso de até BO\$ 9.000 (cerca de US\$ 1.300). Por outro lado, em relação as medidas orientadas a incentivar a oferta de bens e serviços, destaca-se a concessão de créditos com taxa de 0,5% para estimular a importação, assim como o anúncio de projetos de investimento público

de cerca de US\$ 4.000 milhões durante 2021.

Tendo como finalidade manter os níveis de liquidez adequados no sistema financeiro, durante o ano de 2020 se reduziu a oferta de títulos de regulação monetária em operações de mercado aberto de BO\$ 100 milhões em 2019 para apenas BO\$ 20 milhões a partir de setembro de 2020, o que veio a incrementar a inclusão de depósitos por prazo fixo como garantia de operações no mercado interbancário.

As atividades econômicas mais afetadas no período pandêmico foram o setor petrolífero cru e gás natural (-5,1%), o setor de mineração (-29,9%); o setor de construção (-27,2%); e o setor de transporte e armazenamento (-16,5%).

Com a desaceleração da economia, observou-se em relação a evolução dos preços ao consumidor uma deflação nos preços de alimentos e bebidas não alcóolicas, o que compensou o aumento de preços em outros setores, entre eles se destaca o setor de saúde, onde a inflação anual passou de 2,6% até o fim de 2019 para 5,4% até o fim de 2020.

Como resultado das paralizações das atividades, a taxa de participação laboral nas zonas urbanas reduziu cerca de 69,3% até janeiro de 2020 e 58,6% em maio. No caso das mulheres, a taxa de participação caiu de 61,2% no início de 2020 para 52,6% em julho do mesmo ano. Além do mais a taxa de desemprego aumentou 3,4 pontos percentuais durante 2020, finalizando o ano com um aumento de 8,2%. Em relação ao ano anterior, a taxa de desemprego que era de 4,3% em 2019 passou para 12,6% até o final de 2020. Os dados oficiais mostram que as mulheres têm sofrido mais com o desemprego em relação aos homens.

Como se pode observar, conforme os dados da Cepal (2021), a Bolívia, apesar dos altos e baixos em relação à economia, o país manteve-se relativamente estável, graças as políticas adotadas pelos últimos governos, mesmo enfrentando graves problemas políticos, econômicos e sociais internos.

3. Impactos provocados pela pandemia da Covid-19

Conforme relatório expedido pelo Ministério de Economia e Finanças Públicas

do Governo do Estado Plurinacional de Bolívia (2020), o governo boliviano declarou emergência nacional no dia 17/03/2020, seis dias depois que a Organização Mundial de Saúde declarara a pandemia da Covid-19 e, por meio do Decreto Supremo nº 4199, de março de 2020, o Estado Plurinacional de Bolívia declara *Quarentena Total* em todo o território nacional. Em 01 de abril de 2020, o Estado Plurinacional de Bolívia, por meio da Lei nº 1293/2020 estipula as regras para a prevenção, contenção e tratamento da infecção pelo novo coronavírus da Covid-19 em todo o território nacional, regulamentada pelo Decreto Supremo nº 4205, de 01 de abril de 2020. As medidas adotadas para a contenção e expansão do novo coronavírus teve um impacto significativo no bem-estar da população boliviana e provocou considerável queda nas atividades econômicas do país, afetando grande parte da população.

Nesse contexto, o Observatório de Políticas Públicas e Sociais da Universidade Maior de San Andrés (UMSA, 2020), em La Paz, considerou pertinente realizar uma análise comparada a respeito da implementação de medidas sociais e econômicas adotadas na Bolívia, Paraguai e Peru, frente a pandemia da Covid-19.

No que tange ao contexto geral da pandemia na Bolívia, em virtude das recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), o governo do país declarou quarentena com o objetivo de deter a propagação dos contágios em todo o território nacional, o que acompanhou medidas econômicas e sociais orientadas a minimizar os efeitos do isolamento social obrigatório, especialmente nos setores mais vulneráveis.

Os Bonos e subsídios, como se sabe, são paliativos que tão somente cobrem conjuntamente as necessidades vitais, tendo em vista as condições precárias de vida e de família. É importante salientar que as medidas foram adotadas por um governo transitório, sendo que o Tribunal Supremo Eleitor convocou eleições para o dia 3 de maio de 2020, mas as eleições foram adiadas até outubro de 2020, em meio a vários protestos e mobilizações sociais. Em suma, este contexto sócio-político é outro fator que incidiu na escassa viabilidade e pertinência das medidas adotadas no país, que foram: suspensão dos trabalhos escolares e universitários; distanciamento social, suspensão do transporte público e privado; fechamento das

fronteiras; redução da jornada laboral para o período das 8h às 15h; isolamento social; e, suspensão de eventos públicos e privados.

Os primeiros casos de Covid-19 na Bolívia foram detectados em 10 de março de 2020 nas cidades de Santa Cruz e Oruro, em pessoas providentes da Europa. O país, nesse momento, se encontrava em plena campanha eleitoral. Em 12 de março, o governo transitório anunciou a suspensão das escolas e voos para a Europa com a finalidade de prevenir a propagação do vírus. Posteriormente, em 17 de março, através do Decreto Supremo nº 4196, se declara emergência sanitária nacional e quarentena de caráter parcial em todo o território nacional, com duração até 31 de março.

A medida também dispôs sobre a jornada laboral e licenças especiais para pessoas com mais de 60 anos, mulheres grávidas, pessoas com enfermidades de base⁶ e mulheres com filhos menores de 5 anos de idade. As fronteiras foram fechadas e se restringiu o horário de circulação dos transportes públicos de 5 da manhã até às 18h. além disso, O Tribunal Suprema Eleitoral, em 21 de março, suspendeu as eleições gerais no país até que houvesse condições sanitárias adequadas para a realização dos comícios.

Com o aumento dos casos de contaminação e mortes no território nacional, o Governo decreta em 21 de março “quarentena total”, de 22 de março até 4 de abril⁷. A medida também dispôs sobre as restrições ao transporte público e privado, a suspensão do transporte terrestre, fluvial e lacustre em todo o território nacional e os voos comerciais nacionais e internacionais. O horário de funcionamento dos mercados e centros de abastecimentos foi reduzido para até o meio dia. Paralelamente, a fim de apoiar as famílias de baixo poder aquisitivo, o governo estabeleceu diversas medidas econômicas e sociais como os Bonos de apoio familiar. Em 14 de abril, a presidenta Añez anunciou novas medidas econômicas como outros Bonos destinados a pessoas sem remuneração, o Plano de Emprego e o apoio ao pagamento de salários nas empresas privadas.

6 Enfermidades de base se referem a infecções e enfermidades que facilitem o contágio do vírus da Covid-19, principalmente diabetes, câncer, enfermidades cardiovasculares e renais.

7 Decreto Supremo nº 4199, de 21 de março de 2020.

Contudo, de acordo com alguns estudos realizados no país sobre a problematização em relação a pandemia, demonstra que a crise sanitária da Covid-19, agudizou as desigualdades de gênero e a geração de novos empregos. Segundo Rojas (2021, p. 99), “apesar que a maioria da população sustentar que a situação econômica do país está pior, esta se encontra otimista quanto ao futuro econômico do país”.

Considerações Finais

O contexto sócio-histórico e político do Estado Plurinacional de Bolívia é um fator muito relevante para considerar as políticas adotadas pelos seus governos nos últimos anos, o que inclui uma escassa viabilidade e pertinência em relação as medidas adotadas, política e economicamente falando, para sanar os seus problemas sociais estruturais, principalmente em oferecer as populações mais vulneráveis um sistema de Proteção Social e de Assistência Social, mesmo que pontual. As ações são muito focalizadas em questões emergenciais, principalmente para atender a alta demanda de uma população jovem, sobre, de crianças e adolescentes. A população rural, em sua grande maioria, é dependente dos programas de assistência social do Governo, sendo que há uma grande concentração de indígenas, o que caracteriza a cultura plurinacional do país.

Nos últimos vinte anos, o país tem enfrentado uma remodelação no sistema de governabilidade em decorrência dos seus problemas políticos internos. Ao longo de sua história, marcada por golpes de Estados e mobilizações sociais de trabalhadores e camponeses, principalmente e em relação aos seus recursos naturais, o que implicou na adoção de medidas focais para o enfrentamento da pobreza, marca característica do país.

O país concentra uma população jovem, na faixa etária de 0 a 30 anos, com prevalência de crianças e adolescentes, sendo La Paz, Cochabamba e Santa Cruz as cidades mais populosas. Também, concentra uma expressiva população rural, sendo que a economia é firmada nos recursos dos hidrocarbonetos, isto é, são compostos formados por carbono e hidrogênio, obtidos a partir do petróleo e, por

isso, estão presentes nos seus derivados, como a gasolina, o querosene, o óleo diesel, o GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), o gás natural, a parafina, a vaselina, vários polímeros, como os plásticos e as borrachas, entre outros. Portanto, os trabalhadores dos setores manufatureiro e de serviços foram os mais afetados pela crise sanitária da Covid-19.

A pandemia chegou ao país em meio a uma grave crise política, no meio de uma campanha eleitoral, efervescência e mobilizações sociais e a instituição de um governo provisório que implementou quatro novas transferências monetárias emergenciais para atender as demandas causadas pela pandemia da Covid-19.

Outro fator a considerar é que os programas de assistência social existentes na Bolívia não estavam preparados para responder aos impactos repentinos e nem a atender à novos ingressos em seus programas, sendo que as pessoas mais afetadas pelos efeitos da pandemia foram a população idosa, crianças em idade escolar, mulheres grávidas e pessoas com deficiências, constituindo estes grupos o público alvo das políticas de proteção social do país. Além do mais, os beneficiários dos programas existentes são, em sua maioria, pessoas adultas.

O que foi observado no decurso da pesquisa foi que as medidas adotadas para combater as situações geradas pela pandemia tiveram uma abordagem muito focalizada, apenas expandindo o alcance dos programas existentes, com a criação de novos Programas de Transferência Monetária temporários.

A histórica instabilidade política da Bolívia ratificada em tensões étnico-culturais tem influenciado na inconstância política, econômica, social e cultural do país, o que afeta significativamente a população de modo geral, principalmente, as mais pobres. Compreender esta instabilidade não é uma tarefa fácil. Contudo, o redesenho institucional boliviano, tem retomado a estabilidade, apesar de ainda encontrarmos tensões regionais, ético-culturais, políticas e econômicas.

O novo governo de Evo Morales (2005) e a possibilidade de uma assembleia constituinte acentuaram, em grande medida, as diferenças do país. Este foi um momento emblemático porque expôs as principais fraturas do país e colocou o governo diante de uma profunda crise social e política, bem como da ameaça de divisão literal por iniciativa de alguns departamentos orientais. Além disso, outras

crises episódicas ocorreram e testaram os novos mecanismos de participação por meio de protestos sociais (NUNES, 2016).

De acordo com Nunes (2016, p. 94), “as recentes transformações na democracia boliviana não podem ser subestimadas, se lavarmos em conta a inclusão formal de setores historicamente marginalizados”, o que tem favorecido o fortalecimento da gestão, com novos critérios de representação e participação, e a inclusão significativa dessas populações em programas sociais e políticas públicas.

Importa, ainda, considerar a erradicação do analfabetismo no país e a redução da miséria nos últimos anos. Contudo, podemos destacar em nossas análises que as políticas sociais na Bolívia seguem focalizadas para as pessoas mais pobres na forma de ações pontuais e emergenciais. Destaca-se que cerca de 80% da população ativa da Bolívia trabalha na economia informal.

Com relação as medidas adotadas no país para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, percebemos que durante a primeira onda da pandemia, a Bolívia foi um dos países sul-americanos a registrar taxas muito altas em todo o mundo. Além do mais, destaca-se a precariedade do sistema de saúde pública, com sua crônica carência de recursos financeiros

Outro fator a considerar é que as condutas ineficientes e irresponsáveis do governo de Jeanine Áñez na demora em tomar medidas necessárias para o enfrentamento da pandemia e o caráter eleitoreiro de várias delas (CASTRO; FUSER, 2021), contribuíram para aumentar o número de contaminações e mortes. Além do mais, segundo Hernández Bermúdez (2020), o governo não foi capaz de implementar a tempo medidas e protocolos de segurança para detectar o vírus em viajantes que voltavam ou deixavam o país.

Para compensar estes fatores, o governo boliviano se apoiou em políticas compensatórias, focais e emergenciais às populações mais vulneráveis, além da demora para imunizar a população em virtude da dificuldade em negociar contratos com os fabricantes das vacinas, sendo que em novembro de 2021, a taxa de imunização da população boliviana total era apenas de 33%.

Entretanto, ainda falta construir mediações para compreender melhor o perfil dos beneficiários, dos programas e da política de proteção social do país, tendo em

vista o grande número de publicações encontradas, o que demandaria mais tempo para um melhor aprofundamento.

Referências

BOLÍVIA. **Documento del Banco Interamericano de Desarrollo: apoyo a poblaciones vulnerables afectadas por coronavirus – BO-L1216**. Bolívia: DBID, 2020. Disponível em: https://ewldata.rightsindevelopment.org/files/documents/16/IADB-BO-L1216_kPKmKph.pdf, acesso em: 09/11/2021.

BOLÍVIA. **Decreto Supremo nº 4199/21/03/2020**. Bolívia: Poder Ejecutivo, 2020. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-N4199.html>, acesso em: 15/02/2022.

BOLÍVIA. **Decreto Supremo nº 4205/01/04/2020**. Bolívia: Poder Ejecutivo, 2020. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-N4205.html>, acesso em: 15/02/2022.

BOLÍVIA. **Decreto Supremo nº 4196/17/03/2020**. Bolívia: Poder Ejecutivo, 2020. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-N4196.html>, acesso em: 15/02/2022.

BOLÍVIA. **Ley para la prevención, contención y tratamiento de la infección por el coronavirus (COVID-19)**, 1 de abril de 2020. Bolívia: Poder Ejecutivo, 2020. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-L-N1293.html>, acesso em: 15/02/2022.

BOLIVIA. **Decreto Supremo Nº 465, 31 de marzo de 2010**. Bolívia: Poder Ejecutivo, 2020. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-N465.html>, acesso em: 15/02/2022.

BLUM, Vivian Schwarz; VARGAS, Natalia. **Puertas adentro: el Covid-19 y atrás pandemias que viven las mujeres**. Em: LASERNA, Roberto (Et. al...). **Pademia y crisis: resiliência y adaptación**. La Paz, BO: CERES, 2021, p. 185-199.

CASTRO, Fabio Sousa Mendonça de; FUSER, Igor. **Bolívia em tempo de pandemia; crise humanitária e conflito político**. Revista Intellectus, ano XX, n. 2. Rio de Janeiro: UERJ, 2021, p. 50-77. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/61137/40841>, acesso em: 02/07/2022.

CEPAL. 2021. Disponível em <https://www.cepal.org/es/temas/covid-19>, acesso em 22/04/2022.

INE. Instituto Nacional de Estadística de Bolívia. **Anuário Estadístico – 2020**. Bolívia: INE, 2020.

HERNÁNDEZ BERMÚDEZ, Orietta E. **Bolivia em tiempos de la Covid-19**. **Cubadebate**. Cubadebate (online). 21 de abril de 2020. <http://www.cubadebate.cu/especiales/2020/04/21/bolivia-en-tiempos-de-la-covid-19>, acesso em: 02/07/2022.

LASERNA, Roberto. El impacto de la crisis. Em: LASERNA, Roberto (Et. Al.). **Pademia y crisis: resiliência y adaptación**. La Paz, BO: CERES, 2021, p. 02-36.

NUNES, Edson. **O Estado Plurinacional na Bolívia: democratização e estabilização das instituições políticas**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, SP, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Santos. Araraquara, SP: UNESP, 2016.

ROJAS, Luis Pablo Cuba. **Percepciones em bolivia desde al Empleo, la pobreza y em Covid-19.** Em: LASERNA, Roberto (Et. Al.). **Pademia y crisis: resiliência y adaptación.** La Paz, BO: CERES, 2021, p. 81-100.

UMSA. Universidad Mayor de San Andrés. **Análisis comparado de las medidas adaptadas frente al Covid-19 en Bolívia, Paraguay e Perú.** Documento de Trabajo – versión virtual, nº 2. La Paz: UMSA, junio/2020. Disponível em: <http://opps.umsa.bo>, acesso em: 22/04/2022.